

Negociação é o melhor caminho, diz Funaro

por Cláudia Safatle

de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ponderou ontem que o caminho da "negociação" da dívida externa é melhor do que uma trajetória que pressuponha o pedido ou decretação de uma "moratória".

Para uma moratória, lembrou Funaro, "o País precisa estar preparado. Ela exigiria racionamento e desemprego. A moratória tem problemas e obstáculos".

A opção de Funaro é claramente pela negociação, e ele espera que a avaliação do caso Brasil, no Clube de Paris, dia 15 deste mês, seja satisfatória. O objetivo do governo junto ao Clube de Paris é não só negociar as dívidas de governo a governo mas principalmente abrir os créditos dos bancos oficiais que financiam exportações e importações, praticamente fechados desde 1982.

Funaro disse que a perda de reservas cambiais tende a se estancar com a recuperação das exportações. Segundo ele, ontem a Cacex já registrava exportações equivalentes a US\$ 150 milhões ao dia. No pico da crise, esse volume chegou a zero. O ministro acha que após o plano de ajustes ao Cruzado, o setor externo caminhará para uma normalização. Garantiu também que o País ainda tem reservas cambiais suficientes para bancar uma boa negociação da dívida externa. A expectativa do governo é chegar ao final deste ano com um saldo comercial de aproximadamente US\$ 11 bilhões a US\$ 11,5 bilhões, resultado que dependerá muito das vendas de café.

No cronograma do Ministério da Fazenda, o prazo para concluir as negociações com o Clube de Paris e com os bancos privados internacionais é meados de janeiro. Nesse cenário, onde o jogo promete ser duro, o ministro da Fazenda conta com alguns importantes aliados, conforme avaliação de seus assessores. Os ministros das Finanças da Itália, Giovanni Gorla, da Alemanha, Gerhard Stoltenberg, e da França, Eduard Balladur. Eles foram convidados por Funaro a visitar o Brasil no início do ano que vem. Na América Latina, o ministro da Fazenda conta com o apoio da Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela.

Se as negociações não correrem bem, o governo brasileiro não descarta a possibilidade de uma suspensão temporária dos pagamentos dos serviços da dívida. Esta, porém, será a última opção.